



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E CIDADANIA**

MINUTA TEMÁTICA DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

**AÇÕES EDUCATIVAS PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS
DAS MULHERES, LGBTQIA+, POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

GRUPO DE TRABALHO DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

RECIFE

2021

AUTORES/AS

JOSÉ NILTON ALMEIDA

Departamento de Educação

LARISSA DE PINHO CAVALCANTI

Unidade Acadêmica de Serra Talhada

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA ANDRADE LEITÃO

Departamento de Ciências Sociais

ELAYNE MARIA DE SOUZA

Discente Licenciatura em Letras

JOSEMAR DOS SANTOS FERREIRA

Departamento de Letras

LAETICIA MEDEIROS JALIL

Departamento de Ciências Sociais

RENATA PIMENTEL TEIXEIRA

Departamento de Letras

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Educação em Direitos Humanos é um compromisso com a igualdade e a liberdade, na defesa da cidadania/democrática, sobremaneira importante no contexto social brasileiro, profundamente marcado por processos sociais que reforçam a exclusão e a marginalização social e cultural de diferentes grupos sociais. Por isso, a Educação em Direitos Humanos convoca o diálogo com a prática da extensão na universidade para lutar pelo reconhecimento e a valorização de diferentes grupos humanos e maneiras de ser, viver e relacionar em um leque de ações que englobam assistência jurídica, formação política, educação para a cidadania, cultura, assistência sócio-psicológica e documentação e memória.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2018), enquanto documento que norteia políticas públicas baseadas nos princípios da democracia, da cidadania e da justiça social, pontua a necessidade de formação de agentes públicos e sociais “para atuar no campo formal e não formal, abrangendo os sistemas de educação, saúde, comunicação e informação, justiça e segurança, mídia, entre outros” (MDH, 2018). Dessa forma, cabe à universidade realizar programas, projetos, cursos e/ou eventos de extensão que configurem atividades ou ações formativas vinculadas aos direitos das mulheres, das populações negras, das pessoas LGBTQIA+, e de povos originários e tradicionais.

No caso da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), está previsto em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) o reforço de ações de extensão que promovam valores democráticos, da justiça social e da liberdade, de garantia de direitos sociais e individuais e do combate a toda forma de discriminação étnica, de gênero, geracional, social, sexual, religiosa, entre outras (UFRPE, 2017). Especificamente no que diz respeito aos Direitos Humanos em diálogo com o tema desse Grupo de Trabalho, é possível resgatar diferentes ações de extensão que contemplam essa perspectiva, tal como a Comissão de Direitos Humanos Gregório Bezerra, fundada em 2013 para garantir “direitos inerentes à pessoa, sua dignidade, igualdade, liberdade e direitos inalienáveis” (UFRPE, 2013).

Além disso, a UFRPE já desenvolve ações ligadas à temática específica deste GT. Em relação às populações LGBTQIA+, citamos a promoção, ainda em 2017, do Fórum

de Visibilidade e Inclusão para Travestis e Transexuais. E, já em 2019, houve parceria com o “Instituto Transviver” para a promoção de um curso preparatório para prova de supletivo exclusivo a pessoas trans e travestis, ligado ao edital BEXT-2019 da Pró-Reitoria de Extensão, intitulado “Transeducação: educação, cidadania e inclusão de grupos subalternos”, coordenado pelo Professor Natanael Duarte de Azevedo da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec).

Devemos apontar como trabalhos de extensão de modo mais consolidado que contemplam o tema deste GT, o Grupo Dadá de Ensino, Pesquisa e Extensão em Estudos de Gênero, Sexualidade e Saúde, formado em 2017 na Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), e o Núcleo de Estudos Críticos do Discurso e Teoria Queer da UFRPE (NuQueer), estabelecido na Sede Dois Irmãos em 2020. Ambos os grupos são ativos academicamente com publicações, eventos e pesquisas realizadas por seus integrantes.

Sobre o Grupo Dadá, criado pelas professoras Nicole Pontes e Lorena Moraes, podemos citar como principais atividades a realização de Cines Dadá, reuniões mensais para debater assuntos pertinentes às mulheres e à população LGBTQIA+ por meio da exibição de obras audiovisuais, envolvendo as diferentes instituições parceiras do grupo, notadamente a Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada (FAFOPST) e o Instituto Federal de Educação Tecnológica do Sertão (IF-Sertão). Outrossim, mencionamos a realização do I Congresso Dadá de Estudos de Gênero em 2019, o qual congregou profissionais, pesquisadores, docentes e discentes de diferentes regiões do país em uma semana de mesas-redondas, minicursos e Grupos de Trabalho. O NuQueer, apesar de recente, mostra-se bastante ativo, principalmente nas redes sociais, com seu coordenador Prof. Iran Melo promovendo mesas-redondas, lives e eventos formativos acerca das questões da linguagem não-binária e da linguística queer.

Nessa temática, o Núcleo de Pesquisa Ação Mulher e Ciência, coordenado pela Profa. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão e pela Bibliotecária Josefa Martins da Conceição, vem desenvolvendo, desde 2013, eventos e publicações. No referido ano, foi realizado o I Congresso Mulheres no Ensino Superior e nos espaços de poder e decisão; em 2014, o XVIII Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), realizado na UFRPE. Atualmente está em construção um acordo de cooperação com a Secretaria da Mulher do Recife (site em

construção www.mulhereciencia.com) e iniciaram-se as atividades do Projeto “Compartilhando Saberes: diálogos entre a Academia e políticas públicas para mulheres”.

Com relação às populações negras, destacamos o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros/NEAB, constituído desde 2009, atuando como um coletivo de estudo, pesquisa e extensão. Concebido originariamente como um espaço institucional para desempenhar um papel acadêmico cooperativo centrado em pesquisas sobre os estudos étnico-raciais, articulando dialeticamente os conceitos de gênero, classe, raça/etnia em diálogo com diferentes dimensões da luta antirracista. Nestes dez anos de existências, o NEAB/UFRPE cooperou com diferentes iniciativas institucionais municipal, estadual e federal, algumas delas bastante pioneiras. No âmbito federal participou com representação no Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO); e na Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros/CADARA; e no Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (CONNEABS), vinculado à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. Em um contexto mais local, o NEAB coordenou cursos de aperfeiçoamento, extensão e especialização na perspectiva de Educação das Relações Étnico-raciais; promoveu ações de extensão como Capoeira Angola na UFRPE, por mais de 15 anos, e assumiu iniciativa para concessão do título de Doutor Honoris Causa a Naná de Vasconcelos, em 2015.

Com relação aos povos originários e comunidades tradicionais, salientamos o acolhimento e o respeito às origens de pessoas quilombolas e indígenas, com apoio da PROGESTI. O reconhecimento institucional e o apoio a essas pessoas, realizados por meio do setor, sinalizam a valorização das heranças culturais brasileiras e a UFRPE como instituição de confluência de saberes e experiências de vida. Outrossim, são dignas de menção as ações realizadas pelo Grupo Macondo: Artes, Culturas Contemporâneas e outras Epistemologias da UFRPE-UAST, como o Cineclubes Bamako com Sessão Kilombo, em 2018, quando foram exibidas cinco produções que abordam vivências de identidades quilombolas indígenas em 3 regiões do Brasil e um debate com a presença de jovens quilombolas do Centro de Cultura e Cidadania Zumbi dos Palmares. O Grupo Macondo foi responsável também pela promoção das duas edições da Mostra de Cinema Indígena, as quais, além da produção audiovisual, contaram com apresentações de dança e debates com cineastas das etnias Fulni-ô, Guarani e Pankararu. Também da UAST, o

Grupo Dadá também tem desenvolvido ações formativas na perspectiva dos direitos humanos com o grupo Jovens em Ação da Comunidade Quilombola Feijão, localizada no Sertão de Pernambuco desde 2018.

Ainda no que se refere às comunidades tradicionais, a UFRPE conta com o Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE (site www.gpdeso.com), criado desde 2002, coordenado pela Profa. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão com várias publicações e eventos no diálogo com o ensino e a extensão, a exemplo do site www.gpdeso.com, com cartilhas e radionovelas publicadas. Além disso, projetos de extensão do edital BEXT já se voltavam para comunidades tradicionais, a exemplo de “Políticas de Extensão Rural para Comunidades Quilombolas: Desenvolvimento Local e Economia Doméstica”, de 2013; “Resgate e registro em partitura das canções populares da comunidade quilombola Mundo Novo do município de Buíque/PE” do professor Francisco Nairon Monteiro Júnior e “Outras Pedagogias para um Mundo Novo: saberes compartilhados no contexto quilombola” da professora Veridiana Alves De Sousa Ferreira Costa, de 2017; “O quilombo que renasce: a busca pela identidade quilombola da comunidade Negro do Osso” do professor Rafael Lopes de Alcântara, de 2019.

2. JUSTIFICATIVA

A partir das considerações anteriores, o presente GT entende que direitos humanos compreendem os direitos fundamentais reconhecidos pelos diferentes ordenamentos jurídicos, todavia no que diz respeito aos direitos das mulheres, das populações negras, das populações LGBTQIA+, bem como dos povos originários e comunidades tradicionais, são constantes as violações desses direitos. Isso torna imprescindível a atuação direta dos mais diversos instrumentos políticos, jurídicos e sociais, em particular daqueles ligados a proposições formativas, cujos processos reflexivos e questionadores proporcionam a conscientização acerca dos direitos e sua promoção em diferentes esferas da sociedade.

Partindo do princípio que a extensão universitária implica uma troca entre saberes acadêmicos e populares que não somente democratizam o acesso ao conhecimento acadêmico, mas geram conhecimento, tecnologia e cultura sem estabelecer binarismos

entre teoria e prática e aproximando universidade e sociedade. Nesse sentido, a presente minuta reforça a agência propositiva e transformadora das universidades e da UFRPE e suas Unidades Acadêmicas no âmbito temático deste GT através de ações de natureza interseccional (pois as identidades sociais são ancoradas em diferentes dimensões que se influenciam mutuamente) e interdisciplinar, (dado que a produção de saberes, portanto, urge a confluência e o diálogo de diferentes áreas de produção do conhecimento).

Sem prejuízo para as ações já realizadas pela UFRPE e suas Unidades Acadêmicas, fazem-se necessários esforços contínuos para a promoção dos Direitos Das Mulheres, das populações negras, da pessoa LGBTQIA+, Povos Originários e Comunidades Tradicionais. No que diz respeito aos Direitos das Mulheres, além da promoção de direitos sexuais e reprodutivos - que implicam noções de educação sexual e planejamento familiar -, é preciso atentar para o direito à vida e à educação, além da igualdade e equidade entre as demais identidades de gênero. Ademais, ciente do expressivo engajamento com as demandas e com os estudos das pessoas LGBTQIA+, há muitos diálogos que a universidade pode e precisa estabelecer para dar visibilidade e assegurar o respeito e os direitos com vidas que ocorrem fora do espectro cis-heteronormativo. Por fim, a Universidade não é insensível à vulnerabilidade e às sistemáticas exclusões impostas às comunidades e aos povos tradicionais, que conquistam, cada vez, diferentes espaços na sociedade e tornam urgentes formas de educar que desconstroem os velhos mitos xenofóbicos e racistas para real vivência de sua cidadania.

3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Promover a defesa e o conhecimento dos Direitos Humanos nas práticas formativas, nas ações profissionais e na sociedade.
- Estimular a interdisciplinaridade e o intercâmbio entre estudantes, pesquisadoras/es, agentes da sociedade civil de diferentes instituições e movimentos sociais com a sociedade.

- Subsidiar a cooperação interinstitucional e cooperação internacional para conscientização, promoção e defesa de direitos humanos nos eixos desse GT.
- Apoiar a formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, redes, cooperativas populares que promovam ações para defesa dos direitos humanos e para educação em direitos humanos considerando os eixos desse GT.
- Desenvolver ações afirmativas no campo da educação, desenvolvimento de materiais didáticos, campanhas e eventos concentrados na promoção dos Direitos das Mulheres, das populações negras, das pessoas LGBTQIA+, Povos originários e Comunidades Tradicionais.
- Viabilizar programas, projetos, cursos, eventos relacionados às desigualdades de gênero, as relações étnico-raciais nas esferas pública e privada;
- Possibilitar a produção de conhecimento e de ações educativas, científicas e culturais pautadas nas relações étnico-raciais e nos estudos de gênero e sexualidade.
- Fortalecer os grupos comunitários e desenvolver atividades em suas localidades sobre questões pertinentes aos eixos desse GT.
- Estimular a participação dos discentes em programas, projetos ou cursos de extensão que tenham como tema os direitos humanos para defesa dos direitos das Mulheres, das populações negras, das pessoas LGBTQIA+, de Povos Originários e Comunidades Tradicionais.
- Apoiar ações que desenvolvam as políticas públicas em educação em direitos humanos e direito à cidade na relação Estado e sociedade civil, contemplando a diversidade sociocultural em uma perspectiva interdisciplinar.

4. TEMAS PRIORITÁRIOS

- Educação para Direitos Humanos;
- Mídia, Comunicação e Democracia;

- Diversidade, cultura da paz e direitos humanos;
- Cidadania, Direitos Humanos e Desigualdades Sociais de gênero, raça, classe, geração, acessibilidades;
- Relações Étnico-Raciais na universidade, na escola e para formação de professores/as;
- População LGBTQIA+, militância, cidadania e qualidade de vida;
- Povos originários e tradicionais, história, identidade;
- Relações de Gênero e sexualidade para formação cidadã;
- Direitos Sexuais e Reprodutivos;
- Combate à exploração sexual e tráfico de pessoas;
- Direitos e cidadania dos povos originários e comunidades tradicionais;
- Violência, desigualdades sócio-raciais e Direitos Humanos;
- Feminismo e Agroecologia;
- Direitos Humanos, Processos Identitários, Alteridade e Movimentos Sociais.;
- Iniciativas de enfrentamento às discriminações raciais e racismo.